



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Assembleia Nacional:

Secretaria-Geral.

Conselho de Ministros:

Resolução n° 28/2009: (II Série)

Nomeando, Jaqueline Vieira Lopes, licenciada em Organização e Gestão de Empresa, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Directora-Geral do Planeamento e Gestão, do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade.

Resolução n° 29/2009: (II Série)

Dando por finda a comissão ordinária de serviço do Dr. Óscar Silva dos Reis Tavares, nas funções de Director Nacional da Polícia Judiciária

Resolução n° 30/2009: (II Série)

Nomeando, Dr. José Carlos Lopes Correia, Procurador da República de 3ª Classe, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Director Nacional da Polícia Judiciária.

Chefia do Governo:

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública.

Direcção-Geral da Administração Pública.

Ministério da Saúde:

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

Ministério das Finanças:

Direcção-Geral de Administração.

Ministério da Administração Interna:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Justiça:

Direcção-Geral da Administração.

Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Educação e Ensino Superior:

Direcção dos Recursos Humanos.

Universidade de Cabo Verde.

Município do Paul:

Câmara Municipal.

Município de Santa Cruz:

Câmara Municipal.

Município de São Salvador do Mundo:

Câmara Municipal.

ASSEMBLEIA NACIONAL

Secretaria-Geral

Despacho de S. Ex^a o Primeiro Vice-Presidente da Assembleia Nacional por delegação de S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 13 de Julho de 2009:

Virgílio Moreno Sousa Graça, técnico parlamentar de 1^a classe, referência 14, escalão A, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, que se encontra na situação de licença sem vencimento de longa duração, desde 1 de Agosto de 2004, regressa às suas funções a partir da data da publicação no *Boletim Oficial*.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 3.01.04.05 do orçamento privativo da Assembleia Nacional. – (Visado pelo Tribunal de Contas, aos 6 de Agosto de 2009).

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 24 de Agosto de 2009. – O Secretário-Geral, *Eutrópio Lima da Cruz*.

—o§o—

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução nº 28/2009 (II Série)

de 16 de Setembro

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2, do artigo 260º da Constituição da República, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo único

(Nomeação)

É nomeada, Jaqueline Vieira Lopes, licenciada em organização e gestão de empresa, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Directora-Geral do Planeamento Orçamento e Gestão, do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade, com efeitos a partir do dia 1 de Setembro de 2009.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução nº 29/2009 (II Série)

de 16 de Setembro

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 260º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo único

Fim da Comissão Ordinária de Serviço

É dada por finda a comissão ordinária de serviço do Dr. Óscar Silva dos Reis Tavares, nas funções de Director Nacional da Polícia Judiciária, com efeitos a partir de 18 de Setembro de 2009.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução nº 30/2009 (II Série)

de 16 de Setembro

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 260º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo único

Nomeação

É nomeado, Dr. José Carlos Lopes Correia, Procurador da República de 3ª Classe, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Director Nacional da Polícia Judiciária, com efeitos a partir da publicação da presente Resolução.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

—o§o—

CHEFIA DO GOVERNO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado

Despacho de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 24 de Abril de 2009:

Roselma Mariza Lima Évora, técnica superior, referência 14, escalão A, do quadro da Direcção-Geral dos Estudos e Reforma Administrativa, da Secretaria de Estado da Administração Pública, em licença sem vencimento de longa duração desde 10 de Maio de 2008, autorizada o seu regresso ao quadro de origem, nos termos do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 5 de Abril.

O encargo será suportado pela dotação inscrita na Cl. Ec. 03.01.04.05 do orçamento vigente da Secretaria de Estado da Administração Pública. – (Visado pelo Tribunal de Contas a 1 de Setembro de 2009).

Gabinete de Secretário de Estado da Administração Pública, na Praia, aos 11 de Setembro de 2009. – A Directora de Gabinete, *Basilissa Pires Lima*.

Direcção-Geral de Administração Pública

Despacho de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 11 de Agosto de 2009:

Daniel Alves Gonçalves, subchefe principal, referência 7, escalão A, da Polícia Nacional - desligado de serviço, para efeitos de pré-aposentação, nos termos do artigo 71º, alínea a), do Decreto-Lei nº 12/2006, de 6 de Fevereiro, com direito a pensão anual de 1.015.164\$00 (um milhão, quinze mil, cento e sessenta e quatro escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com os artigos 37º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, e 72º, nº 8, do Decreto-Lei nº 12/2006, correspondente a 28 anos e 4 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho da Directora da Contabilidade Pública de 23 de Novembro de 2000, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação referente a 5 anos, 6 meses e 27 dias.

O montante em dívida no valor de 135.641\$00 (cento e trinta e cinco mil, seiscentos e quarenta e um escudos) deverá ser amortizado em 180 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 675\$00 e as restantes no valor de 754\$00.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no Capº 40.10.12. Div. 12, Cód. 03.05.03.01.01, do orçamento vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 3 de Setembro de 2009).

Despacho da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretario de Estado da Administração Pública:

De 18 de Agosto de 2009:

Adriano Semedo Brito, subchefe principal da Policia Nacional - desligado de serviço para efeitos de pré-aposentação, nos termos do artigo 71º da alínea b) do Decreto-Lei nº 12/2006 de 6 de Fevereiro, com direito a pensão anual de 896.412\$00 (oitocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e doze escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com os artigos 37º, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, e artigo 72º nº 8 do Decreto-Lei nº 12/2006, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no Capº 40. 10.12, Div. 12º, Cód. 35.03.01.01, do orçamento vigente. – (Visados pelo Tribunal de Contas, em 3 de Setembro de 2009.

Despacho do Director-Geral de Contabilidade Pública, por delegação da S. Ex^a a Ministra das Finanças:

De 21 de Agosto de 2009:

Jacqueline Maria Duarte Pires Ferreira de Andrade, na qualidade de viúva e mãe representantes de dois filhos menores de Luís Herculano Freire de Andrade, que foi inspector superior, referência 15, escalão D, da Direcção-Geral das Contribuições e Imposto, do Ministério das Finanças, falecido a 7 de Março de 2009, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º do nº 1 d) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovada pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor e dos filhos menores o valor anual de 453.669\$00 (quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e nove escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva:

Jacqueline Maria Duarte Pires Ferreira de Andrade 226.835\$00

Filhos:

Luí Manuel Pires Ferreira Freire de Andrade 113.417\$00

Taís Helena Pires Ferreira Freire de Andrade 113.417\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 7 de Março de 2009 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

A despesa tem cabimento na verba da Org. 10.12, Div. 15º - cl. 3.05.03.01.02 encargos comuns, do Orçamento vigente do Ministério das Finanças e Administração Pública. – (Visado pelo Tribunal de Contas, em 31 de Agosto de 2009).

Despacho de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina:

De 23 de Dezembro de 2008:

Artemisa Varela Rodrigues, na qualidade de mãe e representante dos filhos menores de João Mendes, que foi condutor auto pesado da Câmara Municipal de Santa Catarina, falecido em 15 de Janeiro do 2008, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º, 65º e 70º a 72º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovada pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, a pensão de sobrevivência anual de 108.000\$80 (cento e oito mil escudos e oitenta centavos), com efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2008.

Beneficiou do artigo 11º do Decreto-Lei nº 49/2007, de 28 de Dezembro.

A esta pensão deverão ser descontadas as quantias de 180.903\$00 e 30.135\$00, para compensação de aposentação e sobrevivência, amortizáveis em 270 e 120 prestações mensais, sendo as primeiras de 673\$00 e 670\$00 e as restantes de 266\$00 e 251\$00, respectivamente.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no código 03.07.01.00 do Orçamento vigente da Câmara Municipal de Santa Catarina. – (Visado pelo Tribunal de Contas, em 25 de Agosto de 2009.

Ana Rita Dias Fernandes, na qualidade de viúva de João Mendes, que foi condutor auto pesado da Câmara Municipal de Santa Catarina, falecido em 15 de Janeiro do 2008, fixada ao abrigo do disposto

nos artigos 64º, 65º e 70º a 72º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovada pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, a pensão de sobrevivência anual de 95.088\$00 (noventa e cinco mil, e oitenta e oito escudos), com efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2008.

Beneficiou do artigo 11º do Decreto-Lei nº 49/2007 de 28 de Dezembro.

A esta pensão deverão ser descontadas as quantias de 301.402\$00 e 50.229\$00, para compensação de aposentação e sobrevivência, amortizáveis em 270 e 120 prestações mensais, sendo as primeiras de 1.198\$00 e 1.116\$00 e as restantes de 374\$00 e 295\$00, respectivamente.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no código 03.07.01.00 do Orçamento vigente da Câmara Municipal de Santa Catarina.

RECTIFICAÇÃO

Por erro da Administração foi publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 34, II Série de 10 de Setembro de 2008, o despacho de fim de comissão eventual de serviço do professor do ensino secundário principal, referência 10, escalão A, José António Galvão Gonçalves, pelo que se rectifica na parte que interessa:

Onde se lê:

...referência 10, escalão B...

Deve-se ler:

...referência 10, escalão A...

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 7 de Setembro de 2009. – O Director, *Gerson Soares*.

—oço—

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração

Despacho de S. Ex^a o Ministro do Estado e da Saúde:

De 24 de Novembro de 2008:

Júlio do Carmo de Barros, licenciado em medicina, nomeado para provisoriamente exercer o cargo de médico geral, escalão IV, índice 100, da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no nº 1 artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 26º da Lei nº 148/IV/95, de 7 de Novembro, com efeitos a partir da data do despacho.

A despesa tem cabimento na verba inscrita no Cap. 1º Divisão 3ª, Código 01.01.04.02 do Orçamento do Ministério da Saúde. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 26 de Agosto de 2009).

Despachos do Director-Geral dos Recursos Humano e Administração, por delegação de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 26 de Agosto de 2009:

Déborah Isabel Duarte Lima Barros, técnica superior, referência 13, escalão A, do quadro do pessoal da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, em situação de licença sem vencimento de longa duração desde 1 de Outubro de 2008 - prorrogada a referida licença pelo período de mais 1 (um) ano, nos termos do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir do dia 1 de Outubro de 2009.

De 7 de Setembro:

Regina Marise Fernandes Rodrigues, técnica, referência 12, escalão C, do quadro do pessoal da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, em situação de licença

sem vencimento de longa duração desde 1 de Outubro de 2008 - prorrogada a referida licença pelo período de mais 1 (um) ano, nos termos do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir do dia 1 de Outubro de 2009.

Samira Helena Gomes de Oliveira Santos Delgado, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro do pessoal da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, nomeada definitivamente no respectivo cargo, nos termos do artigo 13º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Juselene Safira Silva Lopes, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro do pessoal da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, nomeada definitivamente no respectivo cargo, nos termos do artigo 13º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Vlademiro dos Reis Monteiro, enfermeiro geral, escalão V, índice 100, do quadro do pessoal da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, nomeado definitivamente no respectivo cargo, nos termos do artigo 13º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Jaqueline Andrade Coelho, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro do pessoal da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, nomeada definitivamente no respectivo cargo, nos termos do artigo 13º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 8:

Célia Tavares Martins, enfermeira geral, escalão IV, índice 110, do quadro do pessoal da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, em situação de licença sem vencimento de longa duração desde 1 de Julho de 2008 - prorrogada a referida licença pelo período de mais 4 (quatro) anos, nos termos do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir do dia 1 de Julho de 2009.

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, na Praia, aos 9 de Setembro de 2009. – O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

—oço—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral de Administração

Despachos de S. Exª a Ministra das Finanças:

De 26 de Agosto de 2009:

Odete Mendes de Barros, oficial administrativo, referência 8, escalão B, do quadro de pessoal da Direcção de Administração, do Ministério das Finanças, é exonerada, a seu pedido, nos termos do artigo 28º, alínea *d*) do Decreto-Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeito a partir de 24 de Agosto de 2009.

Leny Helena Lopes Gomes Aguiar, técnico auxiliar de finanças, referência 6, escalão A, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tesouro, do Ministério das Finanças, é exonerada nos termos do artigo 28º, alínea *d*) da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeito a partir de 1 de Abril de 2008.

Maria Isabel Vieira Sanches, técnico auxiliar de finanças, referência 6, escalão A, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, do Ministério das Finanças, é exonerada nos termos do artigo 28º alínea *d*) da Lei n.º 102/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2008.

De 2 de Setembro:

Anita Gomes do Rosário, técnico superior de finanças, referência 13, escalão A, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Plano, do Ministério das Finanças, é nomeada definitivamente, no quadro nos termos do n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 102/IV/95, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 8 de Maio de 2003.

Miriam Baíta Gomes Monteiro, técnico superior de finanças, referência 13, escalão A, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Plano, do Ministério das Finanças, é nomeada definitivamente, no quadro nos termos do n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 102/IV/95, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 8 de Maio de 2003.

Maria da Conceição Ribeiro da Silva, técnico tributária auxiliar de segunda, referencia 6, escalão A, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, do Ministério das Finanças, é nomeada definitivamente no quadro, nos termos do disposto nos n.ºs, 1 a 3 do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 73/95, de 21 de Novembro, conjugado com os n.ºs 3 e 5 do artigo 13º da Lei n.º 102/IV/95, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 19 de Dezembro de 2003.

Teresa Rocha da Costa Neves, técnico superior, referência 14, escalão B, do quadro de pessoal da Direcção de Administração, do Ministério das Finanças, na situação de licença sem vencimento de longa duração, é prorrogada a referida licença por mais um ano, nos termos do n.º 1 do artigo 48º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 2 de Outubro de 2009.

Elisabeth Fantaw Carvalho Semedo, técnico adjunto de finanças, referência 12, escalão E, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tesouro, do Ministério das Finanças, na situação de licença sem vencimento de longa duração, é prorrogada a referida licença por mais um ano, nos termos do n.º 1 do artigo 48º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2009.

De 3:

Felisberto Furtado Almada, técnico adjunto, referência 11, escalão B, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tesouro, do Ministério das Finanças, é exonerado nos termos do artigo 28º, alínea *d*) da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2008.

Edgard Chrysostome Pinto, técnico superior de finanças, referência 15, escalão D, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Plano, do Ministério das Finanças, é exonerado nos termos do artigo 28º, alínea *d*) da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 3 de Maio de 2009.

Hélio de Jesus Pina Sanches, técnico superior de finanças, referência 14, escalão B, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Património do Estado do Ministério das Finanças, é exonerado nos termos do artigo 28º, alínea *d*) da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2005.

Alexandre Sanches Varela, secretário de finanças, referência 8, escalão B, do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, do Ministério das Finanças, é exonerada nos termos do artigo 28º, alínea *d*) da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 23 de Março de 2003.

Direcção de Administração do Ministério das Finanças, na Praia, aos 10 de Setembro de 2009. – A Directora, *Carla Soares de Sousa*.

—oço—

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho de S. Exª o Ministro da Administração Interna:

De 31 de Julho de 2009:

Hermínio Manuel Spencer dos Reis Borges, ajudante de serviços gerais, referencia 1, escalão C, da Direcção-Geral dos Transportes Rodoviários, é aplicado a pena de demissão, nos termos da alínea *l*) do número 2 do artigo 28º, do Estatuto Disciplinar da Função Pública.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério de Administração Interna, na Praia, aos 8 de Setembro de 2009. – A Directora, *Ana Paula Costa*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral de Administração

Despacho da S. Ex^a a Ministra da Justiça:

De 28 de Julho de 2009:

Ricardino José Brito, ajudante de escrivão de Direito, referência 2, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, colocado no Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Catarina, punido com a pena de demissão, nos termos do n.º 2 do artigo 72º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública.

COMUNICAÇÃO

Para efeitos legais se comunica que Maria Madalena Lopes Fortes Almeida, ajudante de escrivão de Direito, referência 2, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, colocada no Tribunal Judicial da Comarca do Sal, que se encontrava de licença sem vencimento de curta duração por um período de 90 (noventa) dias, com efeitos a 20 de Outubro de 2008, retomou as suas funções no dia 21 de Janeiro de 2009.

Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, na Praia, aos 4 de Setembro de 2009. — O Director de Serviço, *Filipe de Carvalho*.

—oço—

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex^a a Ministra da Economia, Crescimento e Competitividade:

De 4 de Junho de 2009:

José Augusto Cardoso Monteiro, licenciado em organização e gestão de empresas, nomeado para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Director de Serviços Técnicos e Assuntos Jurídicos da Inspeção Geral das Actividades Económicas, de conformidade com os artigos 3º e nº 2 do artigo 6º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, conjugados com o artigo 4º alínea b), do Decreto-Lei nº 13/99, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 5 de Junho de 2009.

A despesa tem cabimento na verba inscrita na Cl. Ec. 03.01.01.02 — PESSOAL do quadro da Inspeção-Geral das Actividades Económicas, do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade. — (Visado pelo Tribunal de Contas, em 1 de Setembro de 2009).

De 16:

Alberto Pascoal Neves Silva, licenciado em economia, nomeado provisoriamente para exercer o cargo de técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Comércio do Ministério da Economia Crescimento e Competitividade, nos termos da alínea c) do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com o nº 1 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na verba inscrita na Cl. Ec. 03.01.01.02 — PESSOAL do quadro da Direcção-Geral do Comércio, do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade.

António Valdemir Fernandes Tavares, licenciado em engenharia mecânica, nomeado provisoriamente para exercer o cargo de téc-

nico superior, referência 13, escalão A, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Indústria e Energia do Ministério da Economia Crescimento e Competitividade, nos termos da alínea c) do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com o nº 1 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na verba inscrita na Cl. Ec. 03.01.01.02 — PESSOAL do quadro da Direcção-Geral da Indústria e Energia, do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 3 de Setembro de 2009)

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade, na Praia, aos 10 de Setembro de 2009. — A Directora Administrativa, *Juliana Carvalho*.

—oço—

MINISTÉRIO DO TRABALHO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SOLIDARIEDADE SOCIAL

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex^a a Ministra do Trabalho Formação Profissional e Solidariedade Social:

De 29 de Janeiro 2009:

Isaías Almeida Varela, licenciado em Economia e Gestão, aprovado no concurso externo de ingresso no quadro do pessoal da Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social, nomeado para exercer o cargo de técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro do pessoal da Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social, nos termos previstos no nº 3 do artigo 10º e nº 1 e 3 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93 de 31 de Dezembro, conjugados com a alínea c) do nº 1 e 2 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho e artigos 3º e 36º do Decreto-Lei nº 10/93, de 8 de Março.

Cláudia Helena Fernandes Varela Lopes, licenciada em Psicologia, aprovada no concurso externo de ingresso no quadro do pessoal da Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social, nomeada para exercer o cargo de técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro do pessoal da Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social, nos termos previstos no nº 3 do artigo 10º e nº 1 e 3 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugados com a alínea c) do nº 1 e 2 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho e artigos 3º e 36º do Decreto-Lei nº 10/93, de 8 de Março.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 1 de Setembro de 2009).

De 31 de Março:

Eneida Rosemery Martins Pereira, licenciada em Sociologia, com formação inicial de inspectores de trabalho, aprovada no concurso externo e interno para ingresso no quadro privativo do pessoal da Inspeção-Geral do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social, nomeada, provisoriamente, para exercer o cargo de inspector, referência 13, escalão A, do quadro privativo do pessoal da Inspeção-Geral do Trabalho, nos termos previstos no Decreto-Lei nº 91/97, de 31 de Dezembro de 1997, e da Portaria nº 1/2008, de 14 de Janeiro de 2008 e nº 1 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Edna Eunice Benchimol de Almeida, bacharel em Economia e Gestão e com formação inicial de Inspectores de Trabalho, aprovada no concurso externo e interno para ingresso no quadro privativo do pessoal da Inspeção-Geral do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Formação

Profissional e Solidariedade Social, nomeada, provisoriamente, para exercer o cargo de Inspector Adjunto, referência 11, escalão A, do quadro privativo do pessoal da Inspeção-Geral do Trabalho, nos termos previstos no Decreto-Lei nº 91/97, de 31 de Dezembro de 1997 e da Portaria nº 1/2008, de 14 de Janeiro de 2008 e nº 1 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Carmen Filomena Graciete Barreto Gomes Semedo, oficial principal, referência 9, escalão D, de nomeação definitiva da Inspeção-Geral do Trabalho com formação inicial de Inspectores de Trabalho, aprovada no concurso externo e interno para ingresso no quadro privativo do pessoal da Inspeção-Geral do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social, nomeada, em comissão de serviço para exercer o cargo de Inspector Adjunto, referência 11, escalão A, do quadro privativo do pessoal da Inspeção-Geral do Trabalho, nos termos previstos no Decreto-Lei nº 91/97, de 31 de Dezembro de 1997 e da Portaria nº 1/2008, de 14 de Janeiro de 2008 e nº 4 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93 de 31 de Dezembro.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 3 de Setembro de 2009).

As despesas têm cabimento na verba inscrita na classificação económica 03.01.04.90 do Orçamento da Inspeção-Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social.

De 27 de Março:

Elsy do Rosário da Graça, Directora-Geral do Trabalho, em regime de acumulação de funções do Inspector-Geral do Trabalho nos termos dos artigos 35º e seguintes da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, a seu pedido é dada por fim a referida acumulação de funções a partir de 1 de Maio de 2009.

Direcção-Geral do Orçamento, Planeamento e Gestão do Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social, na Praia, aos 4 de Setembro de 2009. – A Coordenadora Geral da DGPOG, *Lágida Kórcia A. C. Monteiro*.

—o§o—

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO RURAL E RECURSOS MARINHOS

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex^a o Ministro do Ambiente, Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos:

De 24 de Julho de 2009:

Manuel Adilson Cardoso Fragoso, licenciada em Química Industrial, nomeado ao abrigo da alínea c) do nº 2 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com os nºs 1 e 3 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, para exercer provisoriamente as funções de técnico superior, referência 13, escalão A, na Direcção-Geral do Ambiente do Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos.

A despesa tem cabimento na rubrica 3.01.01.02 – Pessoal do quadro - no orçamento do Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 19 de Agosto de 2009).

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos, na Praia, aos 1 de Setembro de 2009. – A Directora da Administração, *Iara Anancy Abreu Gonçalves Fernandes*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Direcção dos Recursos Humanos

Despacho de S. Ex^a a Ministra da Educação e Ensino Superior:

De 11 de Setembro de 2008:

É contratada Zita Maria Ferreira Guerra, para exercer função docente na Delegação do Ministério da Educação e Ensino Superior no Concelho de São Vicente, na categoria de professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, em regime de contrato a termo, ao abrigo do artigo 21º e alínea a) do nº 1 do artigo 95º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, conjugado com artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na rubrica 03.01.04.02 - do Orçamento do Ministério da Educação e Ensino Superior. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 4 de Setembro de 2009).

De 15 de Outubro:

Mário da Lomba Lopes, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Ensino Superior, nomeado para exercer, em comissão de serviço, a função de Inspector, referência 13, escalão A, ao abrigo dos dispostos no artigo 10º e nº 4 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugados com a alínea e) do nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 36/96, de 23 de Setembro.

De 15 de Janeiro de 2009:

É contratado Adelino Lopes Monteiro, para exercer função docente na Escola Secundária de São Miguel, na categoria de professor do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão A, em regime de contrato a termo, ao abrigo do artigo 21º e alínea b) do nº 1 do artigo 95º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, conjugado com artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na rubrica 03.01.04.02 - do Orçamento do Ministério da Educação e Ensino Superior. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 1 de Setembro de 2009).

De 4 de Setembro:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço do Ermelindo Pereira Fernandes, no cargo de Director do Liceu Amílcar Cabral, com efeitos a partir de 14 de Setembro do corrente ano.

Despacho de S. Ex^a o Secretário de Estado da Educação, por delegação de competências de S. Ex^a a Ministra da Educação e Ensino Superior:

De 26 de Agosto de 2009:

Maria Vitalina Cabral da Veiga, professora de ensino básico principal, referência 8, escalão C, quadro definitivo da Delegação do Ministério da Educação e Ensino Superior, concelho da Praia, transferida para a Escola Secundária Manuel Lopes “Calabaceira”, na categoria de professora do ensino secundário, referência 8, escalão C, nos termos dos artigos 3º a 5º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho.

De 27 de Agosto:

António Monteiro Moreira, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, quadro definitivo do Ministério da Educação e Ensino Superior, Concelho de Santa Catarina, destacado para exercer funções no departamento de Acção Social do ICASE, com efeito a partir de 27 de Agosto de 2009, nos termos dos artigos 17º a 20º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho.

De 2 de Setembro:

Lucília Maria Correia, professor de ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária Fulgêncio Tavares São Domingos, concedida a redução de 4 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do início do ano lectivo 2009/10.

Hermígio Eurico Lopes da Costa, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária de Tarrafal Santiago, concedida a redução de 6 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do início do ano lectivo 2009/10.

Jorge Manuel Mendes Cardoso, professora do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão B, em exercício de funções na Escola Secundária Abílio Duarte Palmarejo, concedida a redução de 4 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do início do ano lectivo 2009/10.

Paulo Coelho Moreira, professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão B, em exercício de funções na Escola Secundária Alfredo da Cruz Silva Santa Cruz concedida a redução de 4 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do início do ano lectivo 2009/10.

Emiliano Barbosa Moreno professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária Cónego Jacinto concedida a redução de 4 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do início do ano lectivo 2009/10.

José Maria da Veiga Dias, professora do ensino secundário, referência 8, escalão A em exercício de funções no Liceu Amílcar Cabral, concedida a redução de 2 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do início do ano lectivo 2009/10.

Rogério Nascimento Monteiro, professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de funções na Escola Industrial e Comercial do Mindelo, concedida a redução de 4 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do início do ano lectivo 2009/10.

Francisco Nascimento, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária Abílio Duarte, Palmerejo, concedida a redução de 6 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do início do ano lectivo 2009/10.

António Silva Tavares, professora do ensino secundário, referência 8, escalão B, em exercício de funções no Liceu Amílcar Cabral, concedida a redução de 6 horas sobre carga horária semanal da componente lectiva, ao abrigo do nº 1 do artigo 51º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do início do ano lectivo 2009/10.

Mário da Silva Gambôa, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, do quadro de pessoal do Liceu Amílcar Cabral, concedido licença sem vencimento de longa duração, por

um período de (1) ano, nos termos dos artigos 47º a 49º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, conjugado com o disposto nº 1 do artigo 68º de Decreto-Legislativo nº 2/2004, com efeitos a partir de 1 de Setembro do ano corrente.

Cecília Monteiro Fernandes Gambôa, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, do quadro de pessoal do Liceu Amílcar Cabral, concedida licença sem vencimento de longa duração, por um período de (1) ano, nos termos dos artigos 47º a 49º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, conjugado com o disposto nº 1 do artigo 68º de Decreto-Legislativo nº 2/2004, com efeitos a partir de 1 de Setembro do ano corrente.

De 25:

É contratada Jaqueline Furtado dos Reis Borges, para exercer função docente na Escola Secundária Armando Napoleão Fernandes - Achada Falcão, Santa Catarina, na categoria de professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, em regime de contrato a termo, ao abrigo do artigo 21º e alínea a) do nº 2 do artigo 95º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, conjugado com artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 2 de Outubro:

Nos termos do artigo 21º e alínea a) do nº 1 do artigo 95º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, conjugado com artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, são contratados em regime de Contrato a Termo na categoria de professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, os indivíduos abaixo indicados.

Escola Secundária António Silva Pinto - Porto Novo, Santo Antão

1. Alberto Pascoal Neves Silva

De 3:

Escola Secundária Manuel Lopes - Calabaceira, Praia

1. Maria Nascimento Pereira da Costa

De 7:

É contratado Vlademiro Afonso Semedo dos Santos, para exercer função docente Liceu Domingos Ramos, na categoria de professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, em regime de contrato administrativo de provimento, ao abrigo do artigo 20º e alínea d) do nº 1 III do artigo 39º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, conjugado com artigo 20º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na rubrica 03.01.04.02 - do Orçamento do Ministério da Educação e Ensino Superior. - (Visados pelo tribunal de contas em 31 de Agosto de 2009).

É contratado Nuno Jorge Monteiro da Conceição, para exercer função docente na Escola Secundária Baltazar Lopes da Silva - São Nicolau, na categoria de professor do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão A, em regime de contrato a termo, ao abrigo do artigo 21º e alínea b) do nº 2 do artigo 95º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, conjugado com artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na rubrica 03.01.01.02 - do Orçamento do Ministério da Educação e Ensino Superior.

De 13:

É contratada Maria Graciete Pereira Gonçalves, para exercer função docente na Escola Secundária Luciano Garcia - São Lourenço dos Órgãos, na categoria de professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, em regime de contrato a termo, ao abrigo do artigo 21º e alínea *a*) do nº 2 do artigo 95º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, conjugado com artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na rubrica 03.01.04.02 - do Orçamento do Ministério da Educação e Ensino Superior.

De 10 de Dezembro:

Nos termos do artigo 20º e alínea *e*) do nº 1 III do artigo 39º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, conjugado com artigo 20º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, são contratados em regime de Contrato Administrativo de Provisão na categoria de professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, os indivíduos abaixo indicados.

Liceu Amílcar Cabral - Santa Catarina

1. Janira Margarete Sousa Gomes

De 9 de Janeiro:

Escola Secundária Olavo Moniz - Sal

1. Cátia Djamila dos Santos Neves

De 23:

Escola Secundária Suzete Delgado - Ribeira Grande, Santo Antão

1. Jorge Humberto Delgado

As despesas têm cabimento na rubrica 03.01.01.03 - do Orçamento do Ministério da Educação e Ensino Superior.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 1 de Setembro de 2009).

De 4 de Fevereiro:

Nos termos do artigo 21º e alínea *a*) do nº 1 do artigo 95º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, conjugado com artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, são contratados em regime de contrato a termo na categoria de professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, os indivíduos abaixo indicados.

Escola Secundária Abílio Duarte - Palmarejo

1. Arlindo Menezes de Borja

As despesas têm cabimento na rubrica 03.01.04.02 - do Orçamento do Ministério da Educação e Ensino Superior.

De 5:

Escola Salesiana de Artes e Ofícios — São Vicente

1. Telma Sofia Veríssimo Lopes

As despesas têm cabimento na rubrica 03.01.01.03 - do Orçamento do Ministério da Educação e Ensino Superior.

De 13:

Nos termos do artigo 21º e alínea *a*) do nº 2 do artigo 95º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, conjugado com artigo 24º da

Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, são contratados em regime de contrato a termo na categoria de professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, os indivíduos abaixo indicados.

Escola Secundária Abílio Duarte - Palmarejo

1. Dioneia Aracy Garcia dos Santos

As despesas têm cabimento na rubrica 03.01.04.02 — do Orçamento do Ministério da Educação e Ensino Superior.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 31 de Agosto de 2009).

Despacho de S. Ex^a o Secretário-Geral do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos:

De 8 de Junho de 2005:

Nos termos da alínea *b*) nº 1 II do artigo 39º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, conjugado com os artigos 37º e 41º do mesmo diploma legal, transitam para categoria de professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A. os indivíduos abaixo indicados:

Delegação do Tarrafal

1. João Varela Cardoso

Delegação da Praia

1. Maria Isaura Nunes Pinto Gonçalves

De 15:

Delegação de São Miguel

1. Rui Silva Tavares

Delegação de Santa Catarina

1. Antonino da Veiga Borges

(Visados pelo Tribunal de Contas em 1 de Setembro de 2009)

2. Maria Isabel Gomes de Pina Veiga

(Visado pelo Tribunal de Contas em 31 de Agosto de 2009).

De 28:

Delegação de São Miguel

1. Domingos Duarte Moreira

(Visado pelo Tribunal de Contas em 1 de Setembro de 2009).

As despesas têm cabimento na rubrica 03.01.04.00 — do Orçamento do Ministério da Educação e Ensino Superior.

Direcção dos Recursos Humanos do Ministério da Educação e Ensino Superior, na Praia, aos 10 de Setembro de 2009. — O Director, *José Avelino Rodrigues de Pina*.

Universidade de Cabo Verde

Despacho conjunto de S. Ex^a o Ministro do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos e S. Ex^a a Ministra da Educação e do Ensino Superior:

De Abril de 2009:

Ao abrigo do disposto nos artigos 3º a 5º do Decreto-Legislativo nº 87/92, de 10 de Julho, é autorizada a transferência de Abel Rodrigues Monteiro, técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário, para o quadro de pessoal da Universidade de Cabo Verde, na categoria de técnico superior, nível I, escalão A, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2009.

Universidade de Cabo Verde, na Praia, aos 3 de Agosto de 2009. — A Direcção Administrativa, *Salvador Leal Moniz*.

MUNICÍPIO DO PAÚL

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO

De 14 de Maio de 2009

Nilton César Lopes Gomes, contratado nos termos da alínea *d*) nº 3 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com alínea *d*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, para exercer a função de técnico superior, referência 13, escalão A.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 03.01.01.02 do orçamento municipal vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 17 de Agosto de 2009).

Câmara Municipal do Paul, aos 4 de Setembro de 2009. – A Secretária Municipal, *Manuela Aleixo*.

—o—

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO

De 28 de Junho de 2009

Eufemio dos Santos Carvalho Silva, oficial administrativo, referência 8, escalão D, é promovido á categoria de oficial principal, referência 9, escalão E, nos termos dos artigos 20º e 29º nºs 1 e 3 do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugados com os artigos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 10/93, de 8 de Março.

As despesas têm cabimento no código 03.01.01.02 do orçamento vigente da Câmara Municipal de Santa Cruz.

Câmara Municipal de Santa Cruz, aos 8 de Julho de 2009. – O Secretário Municipal, *António Maria Lopes Borges*.

—o—

MUNICÍPIO DE SÃO SALVADOR DO MUNDO

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO

De 17 de Junho de 2009

Elizângelo da Luz Varela Barros, licenciado em Administração Pública e Autárquica, nomeado, nos termos dos números 1 e 2 do artigo 112º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, conjugado com o disposto nº 1 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 5/98, de 9 de Março, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de secretário municipal, grupo IV, da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no Cap. IV, artigo, 1º nº 1 do orçamento municipal vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 13 de Outubro de 2008).

Despacho de S. Exº o Presidente da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo:

De 2 de Janeiro de 2006:

Ângelo da Conceição Torres Lopes, nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de Chefe de Secção, na Câmara Municipal

de São Salvador do Mundo, Grupo I, nos termos do nº 2 do artigo 40º do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho, conjugado com alínea *a*) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 2 de Abril:

Silvino de Melo Vaz, nomeado em comissão de serviço, para exercer as funções de Chefe de Secção, na Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, Grupo I, nos termos do nº 2 do artigo 40º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com alínea *a*) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

De 5 de Março de 2008:

Djamila Maria da Conceição Ramos Cabral, nomeada em comissão de serviço, para exercer as funções de Chefe de Secção, na Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, Grupo I, nos termos do nº 2 do artigo 40º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com alínea *a*) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93 de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no código 03.01.01.03. do orçamento municipal vigente.

De 12 de Junho:

Edely Filomeno Fernandes Pereira, licenciado em história, nomeado em comissão de serviço, para exercer as funções de Director de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, nos termos do nº 1, do artigo 3º, do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com os nºs 1 e 2 do artigo 108º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho.

Arlindo Dias Gomes, condutor-auto, nomeado em comissão de serviço, para exercer as funções de condutor do Presidente da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, nos termos do nº 1, do artigo 3º, do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com os nºs 1 e 2 do artigo 108 da Lei nº 134/IV/95 de 3 de Julho.

De 30 de Setembro:

Manuel Graciano Moreno Rocha, licenciado em Direito, nomeado em comissão de serviço, para exercer as funções de assessor jurídico do Presidente da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, nos termos do nº 1, do artigo 3º, do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com os nºs 1 e 2 do artigo 108º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no código 03.01.01.01 do orçamento municipal vigente.

Salvador Luciano Chaves Gonçalves, nomeado em comissão de serviço, para exercer as funções de Chefe de Divisão, Grupo II, nos termos da alínea *a*) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o nº 1 do artigo 40º do Decreto-Legislativo nº 86/92, de 16 de Julho.

De 14 de Outubro:

Níria Princesinha Vaz Almada, nomeada em comissão de serviço, para exercer as funções de Chefe de Divisão, na Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, Grupo II, nos termos da alínea *a*) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o nº 1 do artigo 40º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no código 03.01.01.03. do orçamento municipal vigente.

(Isentos de visto do Tribunal de Contas).

Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, aos 26 de Março de 2009. – O Director de Gabinete, *Edely Felomeno Fernandes Pereira*.

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV



NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGNER GRÁFICO AO SEU DISPOR



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: incv@gov1.gov.cv
Site: www.incv.gov.cv

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00

Para países estrangeiros:

	Ano	Semestre
I Série	11.237\$00	8.721\$00
II Série.....	7.913\$00	6.265\$00
III Série	6.309\$00	4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTE NÚMERO — 150\$00